Controladoria Geral do MunicípioControlador **JOSÉ RICARDO WANDERLEY DANTAS DE OLIVEIRA****PORTARIA CGM Nº 58 de 07 DE MAIO DE 2024**

O Controlador-Geral do Município, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município do Recife,

CONSIDERANDO o disposto na Lei municipal nº 17.866, de 15 de maio de 2013 e no Decreto municipal nº 28.527, de 16 de janeiro de 2015, que disciplinam o acesso às informações públicas e criam o Comitê Gestor de Acesso à Informação - CGAI;

CONSIDERANDO a Designação realizada através do SEI nº 01.001388/2024-31, pelo Despacho EMPREL/DPR Nº 55/2024.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **ADILNEIDE LUNA DE ANDRADE**, Matrícula: **1414-1** para compor o Comitê Gestor de Acesso à Informação - CGAI, como membro representante da Empresa Municipal de Informática - EMPREL, em substituição a servidora **PAULA GONÇALVES CAMPOS**, Matrícula **1310-2**;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RICARDO WANDERLEY DANTAS DE OLIVEIRA
Controlador-Geral do Município

Procuradoria Geral do MunicípioProcurador **PEDRO JOSE DE ALBUQUERQUE PONTES****TERMO DE APOSTILAMENTO**

Apostilamento nº 01 ao Contrato Administrativo nº 1301.1007/2023.

1º Termo de Apostilamento ao Contrato de Prestação de Serviços nº. 1301.1007/2023, firmado entre o Município do Recife/PROCON e a empresa Locserv – Locadora de Veículos Ltda. O Secretário Executivo de Planejamento, Gestão, e Tecnologia, por meio da Portaria Nº 33 de Março de 2021, e em face de suas atribuições legais com supedâneo no do art. 65 da Lei nº 8666/1993, conforme o art. 2º, III, do Decreto Municipal nº 32.425/2019, pela variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, vem apostilar o contrato Nº 1301.1007/2023 para registrar o adiamento da aplicação do reajuste de preços ao valor contratual conforme acordado com a referida empresa contratada. Acostado aos autos segue documentação probatória para o adiamento do reajuste.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: A solicitação, por parte da empresa contratada, da aplicação do reajuste de preços ao valor contratual constante em cláusula contratual, cuja solicitação probatória de referido reajuste encontra-se em anexo.

§1º Saliente que o valor global atual anual de R\$ 56.400,00 (cinquenta e seis mil, e quatrocentos reais), e será reajustado para, R\$ 59.039,52 (cinquenta e nove mil, trinta e nove reais e cinquenta e dois centavos), conforme o reajuste do período devido e anunciado pelo governo de 4,68% (IPCA/IBGE), referente a dezembro de 2022 a dezembro de 2023.

DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA: Ficam mantidas as demais Cláusulas e condições constantes do Contrato, não expressamente alteradas pelo presente Termo de Apostilamento.

DA FUNDAMENTAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA: O Reajuste de preço está previsto, na cláusula do Reajuste, no Parágrafo Único, do referido Contrato.

ANDRÉ LUIZ PEREIRA DE AZEVEDO
Secretário Executivo de Defesa do Consumidor

PROCESSO N.º : 0776101514**AUTO DE INFRAÇÃO N.º: 0776101514****RECORRENTE: CONDOMÍNIO DO EDF. SÃO JOSÉ ANCHIETA****RECORRIDO: REGIONAL CENTRO-OESTE****RELATOR(A): ANDRÉA KARLA DE CARVALHO COSTA MENEZES****ACÓRDÃO nº: 070/2024.**

Ementa: MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO IMÓVEL. O PROPRIETÁRIO/POSSUIDOR DO IMÓVEL TEM OBRIGAÇÃO LEGAL DE CONSERVAR O IMÓVEL, CONFORME PREVISÃO DO ART. 241 DA LEI Nº 16.292/97. FALTA DE CITAÇÃO EXPRESSA DE DISPOSITIVO LEGAL DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE. AUTO DE INFRAÇÃO NÃO PREENCHE OS REQUISITOS DO ART. 6º, DA LEI 18.336/17, GERANDO, ASSIM, UM VÍCIO INSANÁVEL. RECONHECIMENTO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO EM RESPEITO AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE ESTRITA, NOS TERMOS DO ART. 11 DA LEI 16.292/97. RECURSO PROVIDO. NULIDADE DO AUTO. ARQUIVAMENTO DO PROCESSO.

Vistos, etc., acordam os membros do Conselho de Revisão Administrativa, por unanimidade, na conformidade do voto do (a) Relator (a) e das notas constantes da ata de julgamento, dar provimento parcial ao recurso e reformando a decisão a quo para reconhecer a nulidade do auto de infração e com o devido arquivamento do processo.

C.R.A., Recife, 01 de abril de 2024.

Mário Flávio Rodrigues - Presidente em Exercício e Secretário do Conselho**Andréa Karla de C C Menezes** - Conselheira Relatora**Sandra Maria de Barros Ferreira** - Conselheira**Christiane Teixeira Gomes** - Conselheira**PROCESSO N.º : 0744154719****AUTO DE INFRAÇÃO N.º: 0744154719****RECORRENTE: EDILMA R ARAÚJO CONCERTOS DE ROUPAS****RECORRIDO: REGIONAL CENTRO-OESTE****RELATOR(A): ANDRÉA KARLA DE CARVALHO COSTA MENEZES****ACÓRDÃO nº: 071/2024.**

Ementa: ESTABELECIMENTO FUNCIONANDO SEM ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO. ENCERRAMENTO DA ATIVIDADE APÓS A AUTUAÇÃO. A PRIMEIRA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA JULGOU PROCEDENTE O AUTO DE INFRAÇÃO. DIANTE DA REVERSÃO DA IRREGULARIDADE, A POSTERIORI, O VALOR DA MULTA DEVE SER REDUZIDO EM 50%, NOS TERMOS DO ART. 40, I E II, § 1º, I, LEI 18.336/2017. RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE.

Vistos, etc., acordam os membros do Conselho de Revisão Administrativa, por unanimidade, na conformidade do voto do (a) Relator (a) e das notas constantes da ata de julgamento, acolher parcialmente o recurso para, reformando a decisão a quo, conceder o desconto de 50% do valor da multa aplicada, nos termos do art. 40, I, § 1º, I, da lei nº 18.336/17.

C.R.A., Recife, 01 de abril de 2024.

Mário Flávio Rodrigues - Presidente em Exercício e Secretário do Conselho**Andréa Karla de C C Menezes** - Conselheira Relatora**Sandra Maria de Barros Ferreira** - Conselheira**Christiane Teixeira Gomes** - Conselheira**PROCESSO N.º : 0742684416****AUTO DE INFRAÇÃO N.º: 0742684416****RECORRENTE: BRAZ TRINDADE DA SILVA****RECORRIDO: REGIONAL SUL****RELATOR(A): ANDRÉA KARLA DE CARVALHO COSTA MENEZES****ACÓRDÃO nº: 072/2024.**

Ementa: CONSTRUÇÃO IRREGULAR DE RAMPA VIA PÚBLICA. IMÓVEL LOCALIZADO EM ÁREA DE ZEIS. RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE. REDUÇÃO VALOR DA MULTA EM 50%.

Vistos, etc., acordam os membros do Conselho de Revisão Administrativa, por unanimidade, na conformidade do voto do (a) Relator (a) e das notas constantes da ata de julgamento, acolher parcialmente o recurso para, modificando a decisão de primeiro grau, reduzir o valor da multa em 50%, nos moldes do art. 40, III, § 1º, I, da lei 18.336/17.

C.R.A., Recife, 01 de abril de 2024.

Mário Flávio Rodrigues - Presidente em Exercício e Secretário do Conselho**Andréa Karla de C C Menezes** - Conselheira Relatora**Sandra Maria de Barros Ferreira** - Conselheira**Christiane Teixeira Gomes** - Conselheira**PROCESSO N.º : 0711406722****AUTO DE INFRAÇÃO N.º: 0711406722****RECORRENTE: HOSPITAL VETERINÁRIO VETMAIS LTDA****RECORRIDO: REGIONAL CENTRO-OESTE****RELATOR(A): ANDRÉA KARLA DE CARVALHO COSTA MENEZES****ACÓRDÃO nº: 073/2024.**

Ementa: CONSTRUÇÃO IRREGULAR. NÃO OBTENÇÃO DA LICENÇA. NÃO LEGALIZAÇÃO DA OBRA. RECURSO DESPROVIDO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO A QUO NA ÍNTEGRA.

Vistos, etc., acordam os membros do Conselho de Revisão Administrativa, por unanimidade, na conformidade do voto do (a) Relator (a) e das notas constantes da ata de julgamento, negar provimento ao Recurso e manter a decisão de primeiro grau na íntegra.

C.R.A., Recife, 01 de abril de 2024.

Mário Flávio Rodrigues - Presidente em Exercício e Secretário do Conselho**Andréa Karla de C C Menezes** - Conselheira Relatora**Sandra Maria de Barros Ferreira** - Conselheira**Christiane Teixeira Gomes** - Conselheira**PROCESSO N.º : 0713183721****AUTO DE INFRAÇÃO N.º: 0713183721****RECORRENTE: JORGE CAVALCANTI DE PETRIBÚ****RECORRIDO: REGIONAL CENTRO-OESTE****RELATOR(A): ANDRÉA KARLA DE CARVALHO COSTA MENEZES****ACÓRDÃO nº: 074/2024.**

Ementa: CONSTRUÇÃO IRREGULAR. NÃO OBTENÇÃO DA LICENÇA. NÃO LEGALIZAÇÃO DA OBRA. RECURSO DESPROVIDO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO A QUO NA ÍNTEGRA.

Vistos, etc., acordam os membros do Conselho de Revisão Administrativa, por unanimidade, na conformidade do voto do (a) Relator (a) e das notas constantes da ata de julgamento, negar provimento ao Recurso e manter a decisão de primeiro grau na íntegra.

C.R.A., Recife, 01 de abril de 2024.

Mário Flávio Rodrigues - Presidente em Exercício e Secretário do Conselho**Andréa Karla de C C Menezes** - Conselheira Relatora**Sandra Maria de Barros Ferreira** - Conselheira**Christiane Teixeira Gomes** - Conselheira**PROCESSO N.º : 0774178213****AUTO DE INFRAÇÃO N.º: 0774178213****RECORRENTE: ASSOCIAÇÃO BRASIL-AMÉRICA****RECORRIDO: REGIONAL SUL****RELATOR(A): SANDRA MARIA DE BARROS FERREIRA****ACÓRDÃO nº: 075/2024.**

Ementa: AUSÊNCIA DE LICENÇA DE PUBLICIDADE À ÉPOCA DA AUTUAÇÃO. AFRONTA AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. NÃO HÁ, NO BOJO DO PROCESSO, NOTIFICAÇÃO DA EMPRESA PARA TOMAR CIÊNCIA DA DECISÃO "A QUO". FALTA DE NOTIFICAÇÃO DA EMPRESA PARA APRESENTAR RECURSO ADMINISTRATIVO. REGULARIZAÇÃO ESPONTÂNEA PELA EMPRESA. REFORMA DA DECISÃO A QUO. ANULAÇÃO DO AUTO E SEUS EFEITOS. NÃO APLICAÇÃO DE MULTA.

Vistos, etc., acordam os membros do Conselho de Revisão Administrativa, por unanimidade, na conformidade do voto do (a) Relator (a) e das notas constantes da ata de julgamento, reformar a decisão a quo para anular o auto de infração e seus efeitos, não impondo a multa expressa às fls 01, em decorrência da violação aos Princípios do Contraditório e da Ampla defesa, não sendo necessária a lavratura de novo Auto e de sua notificação com o mesmo objeto (por falta de licença de publicidade), vez que a empresa regularizou a situação perante o Município do Recife.

C.R.A., Recife, 02 de abril de 2024.

Mário Flávio Rodrigues - Presidente em Exercício e Secretário do Conselho**Andréa Karla de C C Menezes** - Conselheira Relatora**Sandra Maria de Barros Ferreira** - Conselheira**Christiane Teixeira Gomes** - Conselheira**PROCESSO N.º : 0759991415****AUTO DE INFRAÇÃO N.º: 0759991415****RECORRENTE: R RODRIGUES E MANSO DUARTE CLUB BAR LTDA****RECORRIDO: REGIONAL CENTRO-OESTE****RELATOR(A): SANDRA MARIA DE BARROS FERREIRA****ACÓRDÃO nº: 076/2024.**

Ementa: AUSÊNCIA DE ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO À ÉPOCA DA AUTUAÇÃO. LEGALIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO. NÃO REVERSÃO DA IRREGULARIDADE. GARANTIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. RECURSO DESPROVIDO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO A QUO. APLICAÇÃO DO VALOR INTEGRAL DA MULTA.

Vistos, etc., acordam os membros do Conselho de Revisão Administrativa, por unanimidade, na conformidade do voto do (a) Relator (a) e das notas constantes da ata de julgamento, negar provimento ao Recurso Administrativo para decretar a legalidade do auto de infração e manter a decisão de primeira instância, com a aplicação do valor total da multa expressa no citado Auto.

C.R.A., Recife, 02 de abril de 2024.

Mário Flávio Rodrigues - Presidente em Exercício e Secretário do Conselho**Andréa Karla de C C Menezes** - Conselheira Relatora**Sandra Maria de Barros Ferreira** - Conselheira**Christiane Teixeira Gomes** - Conselheira**PROCESSO N.º : 0721925921****AUTO DE INFRAÇÃO N.º: 0721925921****RECORRENTE: PIETANZE COZINHA ARTESANAL LTDA-ME.****RECORRIDO: REGIONAL CENTRO-OESTE****RELATOR(A): SANDRA MARIA DE BARROS FERREIRA****ACÓRDÃO nº: 077/2024.**

Ementa: AUSÊNCIA DE ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO À ÉPOCA DA AUTUAÇÃO. BAIXA DA EMPRESA EM DATA ANTERIOR (03 ANOS) À NOTIFICAÇÃO. NOTIFICAÇÃO RECEBIDA POR TERCEIRO, ESTRANHO À EMPRESA. DEFESA NÃO APRESENTADA POR FALTA DE CITAÇÃO VÁLIDA. AFRONTA AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. REFORMA DA DECISÃO A QUO. ANULAÇÃO DO AUTO E SEUS EFEITOS. NÃO APLICAÇÃO DE MULTA.

Vistos, etc., acordam os membros do Conselho de Revisão Administrativa, por unanimidade, na conformidade do voto do (a) Relator (a) e das notas constantes da ata de julgamento, reformar a decisão a quo para anular o Auto de Infração e seus efeitos, em decorrência da violação aos Princípios Constitucionais do Contraditório e da Ampla Defesa.

C.R.A., Recife, 02 de abril de 2024.

Mário Flávio Rodrigues - Presidente em Exercício e Secretário do Conselho**Andréa Karla de C C Menezes** - Conselheira Relatora**Sandra Maria de Barros Ferreira** - Conselheira**Christiane Teixeira Gomes** - Conselheira**PROCESSO N.º : 0766734514****AUTO DE INFRAÇÃO N.º: 0766734514****RECORRENTE: BOMPREÇO SUPERMERCADO DO NORDESTE LTDA****RECORRIDO: REGIONAL CENTRO-OESTE****RELATOR(A): CHRISTIANE TEIXEIRA GOMES****ACÓRDÃO nº: 078/2024.**

Ementa: ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO. ADVERTÊNCIA ESCRITA. REFORMA DA DECISÃO.

Vistos, etc., acordam os membros do Conselho de Revisão Administrativa, por unanimidade, na conformidade do voto do (a) Relator (a) e das notas constantes da ata de julgamento, reformar a decisão de primeiro grau, para advertência escrita.

C.R.A., Recife, 02 de abril de 2024.

Mário Flávio Rodrigues - Presidente em Exercício e Secretário do Conselho**Christiane Teixeira Gomes** - Conselheira Relatora**Andréa Karla de C C Menezes** - Conselheira**Sandra Maria de Barros Ferreira** - Conselheira**PROCESSO N.º : 0731337815****AUTO DE INFRAÇÃO N.º: 0731337815****RECORRENTE: B.G.N. E RESTAURANTE E COMÉRCIO DE ALIMENTOS S/A.****RECORRIDO: REGIONAL CENTRO-OESTE****RELATOR(A): CHRISTIANE TEIXEIRA GOMES****ACÓRDÃO nº: 079/2024.**

Ementa: ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO. REFORMA DA DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU. ADVERTÊNCIA ESCRITA.

Vistos, etc., acordam os membros do Conselho de Revisão Administrativa, por unanimidade, na conformidade do voto do (a) Relator (a) e das notas constantes da ata de julgamento, reformar a decisão de primeiro grau para advertência escrita.

C.R.A., Recife, 03 de abril de 2024.

Mário Flávio Rodrigues - Presidente em Exercício e Secretário do Conselho**Christiane Teixeira Gomes** - Conselheira Relatora**Andréa Karla de C C Menezes** - Conselheira**Sandra Maria de Barros Ferreira** - Conselheira**PROCESSO N.º : 0718115822****AUTO DE INFRAÇÃO N.º: 0718115822****RECORRENTE: ALEX LOMACHINSKY****RECORRIDO: REGIONAL SUL****RELATOR(A): CHRISTIANE TEIXEIRA GOMES****ACÓRDÃO nº: 080/2024.**

Ementa: MÁ CONSERVAÇÃO DO IMÓVEL. MANUTENÇÃO DA DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU. RISCO.

Vistos, etc., acordam os membros do Conselho de Revisão Administrativa, por unanimidade, na conformidade do voto do (a) Relator (a) e das notas constantes da ata de julgamento, manter a decisão de primeiro grau.

C.R.A., Recife, 03 de abril de 2024.

Mário Flávio Rodrigues - Presidente em Exercício e Secretário do Conselho**Christiane Teixeira Gomes** - Conselheira Relatora**Andréa Karla de C C Menezes** - Conselheira**Sandra Maria de Barros Ferreira** - Conselheira**PROCESSO N.º : 0731780915****AUTO DE INFRAÇÃO N.º: 0731780915****RECORRENTE: BOMPREÇO SUPERMERCADO DO NORDESTE LTDA****RECORRIDO: REGIONAL NORTE****RELATOR(A): CHRISTIANE TEIXEIRA GOMES****ACÓRDÃO nº: 081/2024.**

Ementa: ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO. REFORMA DA DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU. ADVERTÊNCIA ESCRITA.

Vistos, etc., acordam os membros do Conselho de Revisão Administrativa, por unanimidade, na conformidade do voto do (a) Relator (a) e das notas constantes da ata de julgamento, reformar a decisão de primeiro grau para advertência escrita.

C.R.A., Recife, 03 de abril de 2024.

Mário Flávio Rodrigues - Presidente em Exercício e Secretário do Conselho**Christiane Teixeira Gomes** - Conselheira Relatora**Andréa Karla de C C Menezes** - Conselheira**Sandra Maria de Barros Ferreira** - Conselheira